

QUILOMBOS DO SUL: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA JUNTO ÀS COMUNIDADES TRADICIONAIS

NICOLE PEREIRA XAVIER¹; CAROLINE ARAÚJO PIRES²; ROSANE APARECIDA
RUBERT³

¹Universidade Federal de Pelotas – nicolepxavier@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – carolineapires@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – rosru@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Apresento neste trabalho minha inserção como bolsista PROBEC no Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas da Universidade Federal de Pelotas.

O citado projeto tem como principal objetivo estender e vincular o universo acadêmico com os espaços, saberes e visões de mundo de algumas comunidades tradicionais que se situam na região sul do Rio Grande do Sul. Realizamos este trabalho nos municípios de Piratini e Canguçu em conjunto com parcerias específicas, para cada uma das comunidades, desde 2014. De lá até aqui buscamos diagnosticar as atuais situações das comunidades, a partir dos relatos de seus integrantes, para que possamos desenvolver conjuntamente ações que potencializem seus sistemas produtivos, seja agropecuário, culinário ou artesanal. Podendo, assim, viabilizar gestão de recursos e novas linhas alternativas de comercialização além de debater e pensar sobre questões de pertencimento e identidade relativas aos remanescentes de quilombolas.

A categoria remanescente de quilombos é bastante cara ao campo político relacionado aos direitos étnicos. A Constituição Federal de 1988, na qual se reconhece formalmente uma nação pluriétnica, traz o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que garante os direitos territoriais aos descendentes de escravizados, nomeados “remanescentes das comunidades de quilombos” ressignificando o sentido do termo “quilombo”. Antes usado apenas como caráter de refúgio, hoje tem o conceito ampliado para diversas formas de ocupação, resistência e territorialização.

Conforme LEITE (2010), há questões conceituais e normativas para que uma comunidade seja reconhecida como remanescente de quilombo. A autora mostra que, normativamente, o que contempla uma comunidade remanescente de quilombo é o modo de vida coletivo, o dia-a-dia na comunidade. Eles não seriam identificados como tal somente pela questão da terra. É essencial para que haja continuidade do grupo um modo de vida coletivo, remetendo a ideia de núcleo, de associação solidária, fazendo a consolidação do imaginário coletivo. Ressaltando, assim, a importância da organização social herdada e baseada no parentesco e na memória coletiva.

O projeto vem trabalhando junto à nove comunidades da região. Sendo as seguintes localizadas no município de Piratini: Fazenda Cachoeira, Rincão da Faxina, Rincão do Couro, Rincão do Quilombo, São Manoel, Raulino Lessa, Nicanor

da Luz, Brasa Moura e Paredão/Costa do Bica (esta última, de remanescentes indígenas). As comunidades sobrevivem precariamente de benefícios do Governo Federal (Previdência Social e Bolsa Família), agricultura de subsistência e trabalho como diaristas nas redondezas. As comunidades Raulino Lessa, Nicanor da Luz e Brasa Moura são constituídas por grupos que vivem no meio urbano, cujos membros ocupam-se com postos de trabalho relativos a empregos formais e informais.

No município de Canguçu trabalhamos junto à comunidade de Maçambique, distante 75 quilômetros da sede municipal, possuindo 65 famílias que sobrevivem da pequena produção agropecuária, assalariamento agrícola e trabalho como diaristas.

2. METODOLOGIA

O projeto de extensão visa pensar além da relação de observar e participar, realizando uma ação de parceira entre segmento acadêmico e comunidades historicamente excluídas desse lugar. Buscamos promover trocas para além da objetificação das pessoas e saberes com as quais trabalhamos. Segundo CARVALHO (2004) é preciso promover essa relação de mão dupla a fim de construir novos saberes, antes, considerados não-acadêmicos.

Percebo que teoria e prática se encontram através de minhas breves observações empíricas. Como, por exemplo, quando FOOTE-WHYTE (1980) identifica a importância de indivíduos-chaves para inserção no campo, e, também, quando o autor expõe a afecção em campo podendo gerar algum embaraço quanto a legitimidade dele no ambiente pesquisado.

É utilizado o diário de campo para anotações das percepções da comunidade, para registro de situações e impressões do grupo com as atividades propostas, além da descrição do local.

Em visitas às comunidades, são realizadas entrevistas. Com autorização do entrevistado, elas são captadas através de um gravador de voz e uma câmera filmadora. O registro dos relatos é essencial para a preservação do conteúdo original, pois trabalhamos com saberes transmitidos oralmente, e poderão ser utilizados em documentário. Optamos por entrevistas semi-estruturadas, nas quais a organização das questões pode ser flexível conforme as informações coletadas.

As narrativas e os relatos são transcritos através do computador, com auxílio de programas direcionados a isso. A transcrição é realizada fora do ambiente de campo podem ser inseridas em algum outro estudo ou relatórios para a reconhecimento de terras, por exemplo, visto que a partir dos relatos pode-se identificar locais de memória, bem como pontos históricos relevantes para a comunidade.

Na comunidade de Maçambique atuamos junto ao grupo de mulheres artesãs para a produção e comercialização do produtos feitos por elas. Realizamos visitas à comunidade onde desenvolvemos atividades oficinais, elaboramos tabelas de controle financeiro, discutimos com as integrantes sobre os produtos mais pertinentes e a logística para a realização das feiras de artesanatos. Foi realizada, também, a busca de malharias com o propósito de buscar retalhos para a fabricação do artesanato. Meu trabalho, aqui, se dá na organização e registro fotográfico da

feira e dos produtos, colocando etiquetas com preço e nome das artesãs que os produziram.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações realizadas no projeto são diversas, porém, aqui, será focado em duas que nos dedicamos em 2016. A primeira diz respeito à articulação e participação no Fórum mensal das comunidades quilombolas do município de Piratini. Consiste em uma reunião, em todo o terceiro sábado de cada mês, dos representantes das comunidades e de organizações locais, como a Pastoral Afro-brasileira. Em cada encontro são debatidos temas de interesse das comunidades.

Na reunião realizada no mês de março do presente ano, foi definido como seria a dinâmica dos encontros, como eles aconteceriam, como seriam propostos os temas e se todos estavam de acordo. Em abril foi discutido o tema identidade negra x identidade quilombola. Em maio foi abordado a problemática do autorreconhecimento como quilombola junto à juventude, preocupação trazida pelas lideranças, contando-se com a colaboração do Grupo DEA (Centro de Artes/UFPEL). No mês de junho, foi debatido o tema “Ancestralidade”, a partir de conhecimentos acadêmicos e da experiência de cada uma das comunidades, também com a colaboração do Grupo DEA (Centro de Artes/UFPEL). No mês seguinte, o tema abordado foi ações afirmativas e ingresso diferenciado como quilombola na UFPEL, o qual foi diretamente mediado pelo Projeto de Extensão coordenado pela Prof^a. Alessandra Gasparotto (Departamento de História/UFPEL). Em agosto, o tema abordado será cooperativismo e economia solidária, contando-se para isso com a parceria da Cáritas/Pelotas.

O Fórum mensal das comunidades quilombolas de Piratini tem por objetivo promover laços entre as mesmas, já que, muitas vezes, os grupos se conhecem mas não se encontram para se auxiliarem mutuamente em questões que percorrem associações, normativas referente ao ser quilombola junto ao Estado. Além de trabalhar noções de identidade, fraternidade, unidade, memória coletiva e alternativas de sobrevivência, constituindo, dessa forma, uma rede de informações, apoio recíproco e autoafirmação identitária entre as comunidades.

Outra ação que temos resultado no projeto diz respeito à organização do grupo de mulheres artesãs da comunidade de Maçambique. O grupo de artesãs desta comunidade já existe há vários anos, mas em razão do difícil acesso da comunidade, possuem dificuldades no acesso ao mercado, o que acaba desestimulando a organização da produção.

Em razão da parceria com este Projeto de Extensão, já auxiliamos na organização de três feiras de artesanato das mulheres em Pelotas, nas quais foram vendidas almofadas, mantas, toucas, colares, adereços de cabelo, tapetes, sacolas, cestos e bonecas de pano. O saber-fazer destes produtos foi aprendido, alguns com suas mães e avós, e outros, com inúmeros cursos dos quais participaram desde que iniciaram o processo de autorreconhecimento como remanescentes de quilombos. Este saber-fazer está sendo, agora, ressignificado para que seja uma alternativa de renda e mais do que isso, uma forma de valorização junto à sociedade em geral.

Figura1: Fotografia do Artesanato Realizado Pelas Mulheres Quilombolas



Acervo do projeto. 2016

4. CONCLUSÕES

A tríade Ensino, Pesquisa e Extensão que foi estabelecida nas universidades brasileiras – constituídas com base no ensino eurocêntrico – sempre se relacionou com a sociedade de forma objetificadora. Inclusive a Antropologia, viciada e diversas vezes, também trata seus interlocutores como objeto de estudo. Assim, buscamos pensar e agir além dessa noção objetificadora de pessoas e saberes historicamente excluídos da vida acadêmica promovendo essa conexão de mão dupla.

Procuramos estabelecer os vínculos e parcerias horizontais com essas comunidades pois, desse modo, o projeto estará colocando em ação a garantia do respeito à construção de uma nação pluriétnica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 2006. (p. 17-35)

CARVALHO, J J. A prática da extensão como resistência ao eurocentrismo ao racismo e a mercantilização da universidade. In: **V SALÃO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**, Porto Alegre, 2004.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os Quilombos no Brasil**: Questões conceituais e normativas. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, p. 333-354